



## EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTOS URBANO-PERIFÉRICOS: A EXPERIÊNCIA DO LAURBS EM JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ

*EDUCATION FOR SUSTAINABILITY IN URBAN-PERIPHERAL CONTEXT: THE LAURBS EXPERIENCE IN JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ*

**Diego Coelho do Nascimento** - Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Brasil - Licenciado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, Professor Adjunto na Universidade Federal do Cariri (UFCA), coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS) e Bolsista de Produtividade BPI da FUNCAP. E-mail: [diego.coelho@ufca.edu.br](mailto:diego.coelho@ufca.edu.br)

**Geovane Gesteira Sales Torres** - Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Brasil - Discente do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Bolsista de Extensão no Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). E-mail: [geovanesalescrato@gmail.com](mailto:geovanesalescrato@gmail.com)

**Caio Ricardo da Silva** - Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Brasil - Discente do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Bolsista de Extensão no Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). E-mail: [caio.ricardo042@gmail.com](mailto:caio.ricardo042@gmail.com)

**Regina Pimentel Cruz** - Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Brasil - Discente do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Bolsista de Extensão no Programa Paideia Cidade Educadora, vinculado ao Laurbs. E-mail: [reginapimentel932@gmail.com](mailto:reginapimentel932@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivos relatar e analisar as experiências dos bolsistas de graduação do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS) em relação às atividades de extensão universitária relacionadas à educação para a sustentabilidade no bairro João Cabral, em Juazeiro do Norte – CE, no ano de 2019. Para tanto, a presente pesquisa, de caráter exploratório, cujos seus meios a configuram como uma pesquisa-ação, adotou como método de coleta de dados a observação etnográfica, possuindo, ainda, um tratamento de natureza qualitativa de tais informações. Mediante tal fluxo, constataram-se realidades educacionais “bancárias”, por parte das escolas presentes no bairro, além de inúmeras realidades degradantes dos residentes na localidade, sobretudo no que se refere a direitos, bens e serviços fundamentais, destacando-se as mazelas tocantes à segurança pública, saúde e meio ambiente. Portanto, exalta-se a relevância da extensão universitária no que se refere à promoção da dignidade humana e à procura por realidades mais benfazejas em territórios subdesenvolvidos.

**Palavras-chaves:** Sustentabilidade. Educação não-formal. Questões urbanas. Extensão universitária.

## ABSTRACT

This article aims to report and analyze the experiences of the scholarship holders of the Laboratory of Urban Studies, Sustainability and Public Policies (LAURBS) regarding university extension activities developed in the João Cabral neighborhood, in Juazeiro do Norte - CE, in 2019. For this, the present research, of exploratory nature, whose means configure it as an action research, adopted as a method of data collection the ethnographic observation, also having a qualitative treatment of such information. Through this flow, “banking” educational realities were contacted by the schools present in the neighborhood, in addition to countless degrading situations of residents in the locality, especially regarding to fundamental rights, goods and services, also highlighting problems in public safety, health and environment. Therefore, intends to exalt the relevance of university extension in terms of the promotion of human dignity and the search for more beneficial realities in underdeveloped territories.

**Keywords:** Sustainability. Non-formal education. Urban issues. Extension actions.

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre o desenvolvimento sustentável nos espaços urbanos, e a sua imbricação com os processos educacionais formais e não-formais, mostra-se complexo pelas antinomias existentes nas cidades do chamado “capitalismo periférico”. A temática “desenvolvimento sustentável” ganha espaços nas agendas formais de governo, políticas públicas informais, epistemológicas e empresariais. Todavia, deve-se conceber que tal questão, ao decorrer do seu desenvolvimento conceitual e político, passou por inúmeras modificações.

Várias foram as óticas através das quais se observou o desenvolvimento sustentável desde a gênese do termo no relatório *Brundtland*, construído pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), em que se prevê o artefato em voga como àquele que versa o atendimento das presentes demandas básicas das populações, porém, sem o comprometimento do atendimento das necessidades/padrões de vida das gerações do porvir (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Assim, Veiga (2010) afirma que devido às condições favoráveis de progresso, segundo referenciais capitalistas e coloniais, das nações do Norte global, até meados de 1960, permaneceu inerte a forma de perceber o desenvolvimento. Porém, notou-se que tais benesses concentradas globalmente não contemplavam a todos os países e grupos sociais, tensão motivadora de reflexões epistemológicas e articulações políticas que culminaram na busca por um novo entendimento “desenvolvimentista”, considerando-se que o vigente se encontrava antinômico aos anseios de organizações multilaterais como a ONU.

Nesse contexto nasce a noção de desenvolvimento sustentável, o qual é percebido por Veiga (2010) como a busca racional e complexa pelo crescimento econômico em mutualismo com o equilíbrio ambiental e justiça social. Assim, o autor exorta que o Estado, mercado e sociedade civil necessitam se unir para a reconfiguração e construção de práticas, assim como comportamentos sociais e institucionais coerentes à equidade social, eficiência nos processos e respeito ao meio ambiente, e à biodiversidade.

É notório que em uma estrutura social marcada por latentes desigualdades socioeconômicas, interesses financeiros sobrepostos ao equilíbrio socioambiental, dentre outras incongruências, o desenvolvimento sustentável está seriamente comprometido. Mas, a existência de mecanismos legais materializados no cerne do direito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro, que

asseguram instrumentos de comando, controle e fiscais, instituições e princípios, praticamente, buscam edificar uma proposta de desenvolvimento socioambiental (BARBIERI; SILVA, 2011).

Entretanto, para além de instrumentos legais, a educação formal e informal ocupa um lugar primordial na busca por experiências sustentáveis nas organizações e territórios. Ora, segundo aponta Sachs (2000), os sujeitos devem ser aglutinados na defesa da natureza, o que termina por edificar alternativas como o ecodesenvolvimento, no qual a conscientização e envolvimento da população constituem alguns de seus pilares. Assim, na visão deste autor, a sustentabilidade relativa ao ideal de uma sociedade calcada na biomassa se alcança por meio da conscientização da população, algo que se consegue por meio de processos formais e informais de educação ambiental que viabilizem lógicas territoriais – locais – e transversais. Fatores geradores da “gestão negociada e contratual da biodiversidade”, que traz em seu âmago o direito dos povos à vida, humana ou não, como prioridade máxima, congregando direitos humanos, individuais, ambientais e coletivos (SACHS, 2000, p. 65).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC - preconiza competências e habilidades a serem alcançadas pelos estudantes mediante os seus aprendizados nas ciências humanas e sociais, linguagens e códigos, matemática e suas tecnologias e ciências da natureza. Essas aptidões pressupostas pela BNCC podem ser alcançadas por meio da aplicação de metodologias e facilitação de conteúdos que instiguem o corpo discente a uma perspectiva mais crítica e preocupada/responsável com problemas socioambientais e idealizadora do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1996).

Salienta-se, porém, que em transcendência aos currículos escolares e dinâmicas institucionais, a educação ambiental informal desempenha um papel salutar no que tange à conscientização dos cidadãos e fomento de experiências socioambientalmente benéficas. Sobre os fluxos educacionais não-formais, discorre Gadotti:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (2005, p. 2).

Acresce-se, pois, que a educação para a sustentabilidade deve se assentar em processos educativos formais e não-formais, todavia, tais fluxos devem compartilhar o objetivo de possibilitar experiências de ação-reflexão comprometidas com a libertação dos sujeitos e viabilizadoras de intervenções reais em prol de contextos mais sustentáveis. Esse ideal se fundamenta em uma lógica pedagógica freiriana que, ao conceituar e defender a chamada “educação popular”, advoga em prol de uma conjuntura educacional em que os sujeitos interliguem os conteúdos abstratos apreendidos com a resolução de problemas prévios que os atinjam, oportunizando vivências políticas de empoderamento fundamentadas no falar, trabalhar, refletir e agir. Logo, contrapondo as estruturas societárias dadas ratificadoras das opressões e geradoras de problemas socioambientais, assim, sendo ideologicamente bem definidas em favor de realidades incluídas e equânimes (FREIRE, 1987).

A educação para a sustentabilidade passou a receber visibilidade a partir do reconhecimento por organismos internacionais no lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. No entanto, como todo conceito, o mesmo se encontra em meio a disputas políticas, tendo a sua semântica diversa (CARLETTO; LINSINGEN; DELIZOICOV, 2006).

Todavia, faz-se fundamental salientar que a educação para a sustentabilidade está para além da mera transmissão bancária de informações, como diria Freire (1987), mas pressupõe, como condição central, a aprendizagem para a práxis, pensando e repensando nossas formas de viver no planeta, cogitando muito além da esfera econômica, problemática corriqueira por parte de grandes setores empresariais. Apesar disso, as metodologias utilizadas por ambientes formais e não-formais amiúde se encontram alquebradas e fora da realidade, flertando com concepções que advogam apenas a necessidade de avanço científico e tecnológico para libertar a humanidade das problemáticas perceptíveis hodiernamente, desconsiderando questões de ordem social, cultural, política e ambiental, dimensões fundamentais para a consubstanciação da educação para a sustentabilidade (CARLETTO; LINSINGEN; DELIZOICOV, 2006).

Tal situação em ambientes educacionais cristalizados acaba por impossibilitar aquilo que Freire (1987) intitula de “educação problematizadora”, ao explicar que a mesma se realiza através de uma dedicação constante, na qual, criticamente, os seres humanos vão compreendendo a sua condição no planeta.

Mesmo com a existência latente de problemáticas socioambientais e fluxos educacionais inoportunos ao protagonismo juvenil e a ações-reflexões, são inúmeros os exemplos de experiências coletivas e/ou institucionais que atuam em intervenções sociopolíticas em prol da resolução de problemas e potencialização de qualidades territoriais. Nesse sentido, faz-se presente o programa de extensão do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS), ação ligada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

O LAURBS objetiva promover ações relativas a questões urbano-regionais, sustentabilidade e políticas públicas. Assim, em decorrência da sua drástica situação de vulnerabilidade socioambiental, escolheu-se o bairro João Cabral, em Juazeiro do Norte, como a primeira localidade a ser contemplada pelas ações do programa de extensão ora exposto.

Portanto, o presente artigo objetiva relatar e analisar as experiências de extensão universitária dos bolsistas de graduação do LAURBS durante o ano de 2019, no bairro João Cabral, comunidade urbana e periférica localizada no município de Juazeiro do Norte - CE. Como objetivos específicos, encontram-se: 1) discutir sobre a educação para a sustentabilidade e 2) discutir sobre a relação universidade-comunidade. Para tanto, adotou-se uma pesquisa exploratória, cujos seus meios a configuram como uma pesquisa-ação. O método para registro e tratamento das observações seguiu o modelo denominado “observação etnográfica”, de Weber e Beaud (2007), além de se adotarem as prerrogativas da proposta metodológica “imaginação sociológica”, de Mills (1982). Para tanto, as experiências e impressões dos bolsistas foram registradas em diários de campo, os quais posteriormente foram analisados, comparados e discutidos à luz de teorias pedagógicas, teatrais, pós-abissais e socioambientais.

## METODOLOGIA

O presente estudo de caso adota como objeto de investigação epistemológica as observações dos discentes de graduação envolvidos nas ações de extensão do LAURBS no bairro João Cabral, em Juazeiro do Norte - CE, no período acadêmico 2019.1. Ademais, a pesquisa em questão se configura, enquanto seus fins, como exploratória, pois, encontra-se em fase preliminar e parte de um objeto com poucas informações sabidas, por se tratar de uma investigação empírica.

Já no tocante aos seus meios, a pesquisa em questão se materializa como uma pesquisa-ação (VERGARA, 2000). A mesma congrega diferentes atores envolvidos no campo trabalhado e, de maneira cooperativa e participativa, busca a retificação de problemas coletivamente identificados e legitimados. Por fim, as principais etapas da modalidade de pesquisa em questão

são: 1) Exploratória – Identificação dos problemas e subdivisão de funções; 2) Levantamento de dados – Pesquisas sobre indicadores relacionados ao problema em tratamento; 3) Discussão dos dados – Análise das informações levantadas e proposições factuais; 4) Avaliação – Deliberação sobre os acertos e falhas nos processos (VERGARA, 2000).

Portanto, para o processo de sistematização das informações e experiências, adotou-se a prática denominada “artesanato intelectual”, que, tal como expressa Mills (1982), consiste em um complexo de elementos norteadores das investigações epistemológicas, sobretudo *in loco*, de caráter social. Como instrumento magno de registro de observações, adotou-se a escrita perene de um diário de campo, o qual foi cotidianamente produzido pelos graduandos/pesquisadores em suas atividades.

É mister frisar que, para o processo de sistematização das impressões, seguiu-se a técnica de observação etnográfica defendida por Weber e Beaud (2007), logo, compõe-se pelos fluxos de percepção, memorização e anotação. Além disso, inspirou-se em Weber e Beaud (2007) para a escrita objetiva e clara dos diários de campo, negociação com atores durante os processos da pesquisa e táticas para bem observar os símbolos, sociabilidades, ideologias e relações de poder pertinentes ao objeto analisado.

Tal método se integra por quatro distintos fluxos, os quais são: I) Negociação: Identificação de um lugar e sujeitos a serem observados; II) Intervenção/interação como pesquisador e/ou como participante; III) Escrita e análise das observações, apoiadas em documentações e demais registros possíveis; IV) Controle dos produtos investigados, mediante reiterações das observações e comparações de fatos (WEBER; BEAUD, 2007).

O ato de registro das observações no diário de campo segue uma perspectiva em que constam como artefatos angulares: a cronologia dos fatos, disposições dos lugares, ações, dizeres, acontecimentos surpreendentes e, por fim, provisórias análises. Pontua-se que, em virtude da objetividade científica e das corriqueiras visões etnocêntricas nos fluxos epistemológicos, a presente metodologia pressupõe o emprego de expressões linguísticas denotativas e, eticamente, a inviabilidade de juízos de valor que busquem a hierarquização de representações sociais e valores culturais entre do pesquisador e o seu universo observado (WEBER; BEAUD, 2007).

O registro de diários de campo é visto por Medrado, Spink e Mélo (2014) como uma importante ferramenta por se constituir em uma prática discursiva. A mesma se forma por anotações relativamente sistemáticas de cunho pessoal relativas a eventos marcantes ou experiências cotidianas. Na perspectiva destes autores, o diário de campo é um determinante à fluidez da pesquisa, pois, a partir do diálogo com ele, o pesquisador constrói relatos, dúvidas e opiniões. Medrado, Spink e Mélo (2014) exclamam que no diário de campo se registram impressões, trechos de falas, fluxos, etc.

Seguindo tais pressupostos, a pesquisa em questão considera como fonte de informações os registros dos diários de campo escritos por estudantes bolsistas do programa de extensão do LAURBS ao decorrer as ações de extensão *in loco* realizadas no bairro João Cabral, Juazeiro do Norte, durante os dias 31/05/2019, 22/06/2019, 29/06/2019 e 06/07/2019. Dessa maneira, os relatos e impressões constantes nos diários de campo foram discutidos com teorias pós-abissais, socioambientais, teatrais e educacionais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção se apresentarão e discutirão os principais dados obtidos mediante o emprego do fluxo metodológico supracitado. Inicialmente se evidenciarão dados socioeconômicos e territoriais do bairro João Cabral, informações salutares para se compreender o contexto de atuação do

LAURBS. Enfim, serão expostos e discutidos os registros dos diários de campo produzidos pelos graduandos/pesquisadores envolvidos no programa de extensão.

### O TERRITÓRIO EM QUESTÃO: BAIRRO JOÃO CABRAL

A cidade de Juazeiro do Norte, localizada ao sul do estado do Ceará e integrante da RMC, cresceu em meio a um fenômeno populacional ocasionado por migrações de romeiros/devotos do Padre Cícero Romão Batista que, motivados por interesses religiosos e em busca de melhores condições de vida, hipertrofiaram o até então vilarejo a um dos maiores municípios do interior do Ceará (CEARÁ, 2012), contando com 249.939 habitantes, fato que o configura como a cidade com maior densidade democrática da RMC (IBGE, 2010).

O bairro João Cabral é uma periferia urbana do município de Juazeiro do Norte - CE que possuía, em 2010, 53,21% de mulheres em sua população residente, valor superior à média nacional naquele ano, que correspondia a 51,38% (IBGE, 2010). No que se refere à alfabetização, 20,47% dos moradores eram analfabetos, percentual superior às médias nacional (9,02%) e municipal (14,87%). Em relação aos rendimentos mensais, considerando-se que em 2010 o salário mínimo equivalia a R\$ 510,00, auferiu-se que 47,45% da comunidade sobrevivia com no máximo um salário mínimo, ao passo que 42,9% não detinha nenhum rendimento mensal (IBGE, 2010), conforme tabela 1.

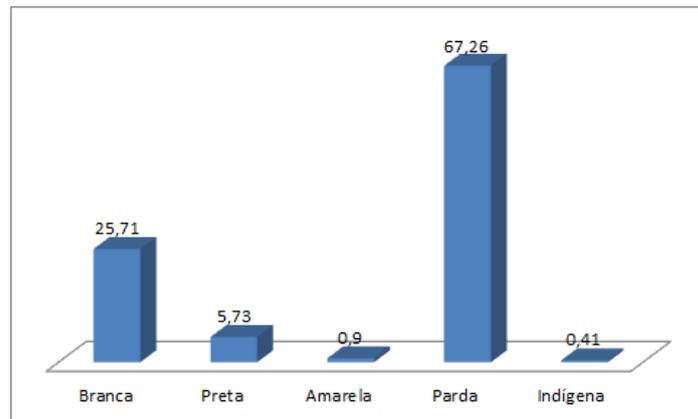
**Tabela 1** – Rendimentos mensais da população residente no bairro João Cabral em 2010.

RENDIMENTO NOMINAL MENSAL	F%
Até ¼ de salário mínimo	7,81
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	7,98
Mais de ½ a 1 salário mínimo	31,66
Mais de 1 a 2 salários mínimos	7,97
Mais de 2 a 3 salários mínimos	0,99
Mais de 3 a 5 salários mínimos	0,45
Mais de 5 a 10 salários mínimos	0,22
Mais de 10 a 15 salários mínimos	0,01
Mais de 15 a 20 salários mínimos	0,01
Sem rendimento	42,90
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Produzido pelos autores com base no Censo Demográfico do IBGE (2010).

Já em relação à cor/raça das pessoas residentes no bairro, tal como exposto no gráfico 1, nota-se que o valor majoritário corresponde a sujeitos autodeclarados pardos (67,26%), seguido de brancos (25,71%) e pretos (5,73%) (IBGE, 2010). No que corresponde à faixa etária, sinaliza-se que 33,80% dos residentes eram jovens (público-alvo do programa de extensão do LAURBS), percentual superior à média nacional de 29,01% (IBGE, 2010).

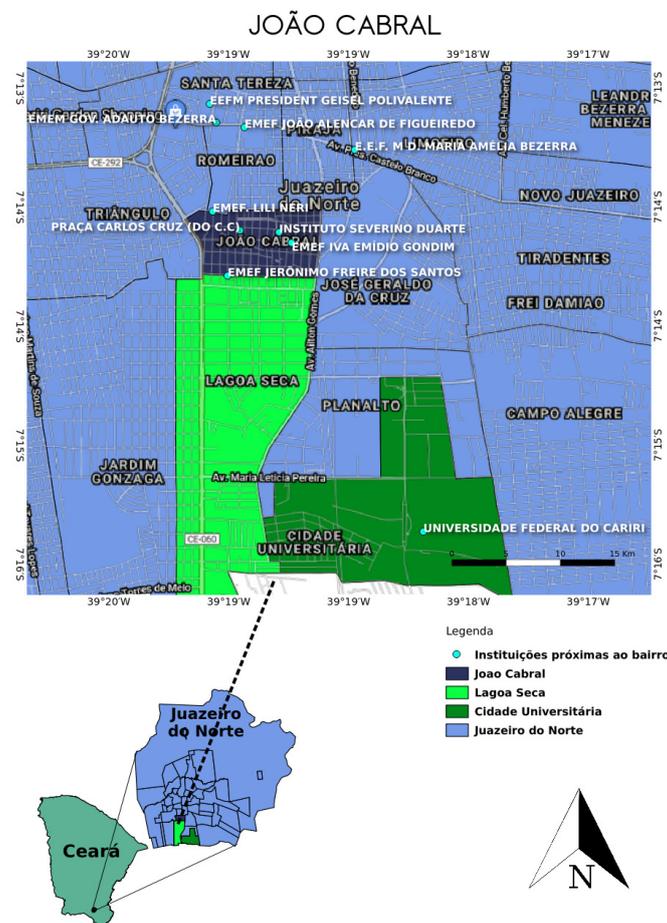
**Gráfico 1 – Cor/raça da população residente no bairro João Cabral em 2010.**



**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados do Censo Demográfico do IBGE (2010).

Como se nota na figura 1, o bairro João Cabral encontra-se próximo a locais deveras interessantes. O primeiro ponto a se destacar é que a comunidade, mesmo sendo uma das mais populosas da região, não possui escolas de ensino médio, algo que acaba por levar os jovens a se deslocarem para instituições de ensino situadas no entorno do seu território. Esse é um dos indicadores dos problemas de infraestrutura da localidade.

**Figura 1 – Mapa do bairro João Cabral, Juazeiro do Norte - CE.**



**Fonte:** Produzido pelos autores através do *software* livre QGIS.

Além disso, notam-se pouquíssimos equipamentos do poder público municipal de cunho recreativo para a população, por isso realçou-se no mapa a Praça Carlos Cruz, vulgo Praça do “C.C”, único espaço de lazer urbano no território. Por fim, evidenciaram-se também os bairros “Lagoa Seca” e “Cidade Universitária” - onde encontra-se a UFCA - , localidades elitizadas que se situam no perímetro do João Cabral.

## OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS

A seguir constam as observações dos discentes envolvidos no programa de extensão em voga sobre a realização das ações realizadas no bairro João Cabral, em Juazeiro do Norte – CE, no primeiro semestre acadêmico do ano de 2019.

Fez-se *a priori* um mapeamento das escolas presentes no território do bairro em evidência. Contudo, constatou-se que a localidade não possui instituições escolares de ensino médio. As organizações identificadas foram as escolas municipais: EMEF Iva Emídio Gondim, EMEF Lili Neri e EMEF Jerônimo Freire dos Santos. Ora, na etapa preliminar de identificação de possíveis parcerias interorganizacionais, aferiu-se que o objetivo de atender a um público-alvo de adolescentes e jovens seria dificultado pela inexistência de escolas de ensino médio com potencial de existência de tal grupo.

Visto isso, iniciou-se um processo de diálogo com as gestões escolares das instituições supracitadas com o objetivo de lhes solicitar o uso das suas dependências físicas para a realização de atividades voltadas à população jovem do bairro. No dia 31/05/2019, executou-se uma visita *in loco* ao bairro João Cabral, ocasião na qual ocorreram interlocuções com os núcleos gestores, no intento de lhes apresentar a proposta do LAURBS, bem como firmar convênios para o uso do espaço físico das instituições.

Na EMEF Iva Emídio Gondim explicou-se à diretoria a proposta do LAURBS, citando as alternativas metodológicas e temáticas de cada uma das oficinas previstas. Tão logo falamos do intuito de recebimento de estudantes de outras instituições na escola, fomos interrompidos e informados de sua inviabilidade, justificando-se que a escola costumava disponibilizar seu espaço para ações externas, porém, por más experiências que resultaram no furto de equipamentos da instituição, deliberou-se não mais ceder o seu espaço. A gestão comentou sobre os percalços das escolas na comunidade, quando se relataram assassinatos de estudantes, escassez de recursos e falta de estímulo aos professores. Tal como se constata no fragmento do diário de campo do dia 31/05/2019:

O momento também contou com o desabafo da gestão sobre os dilemas do fazer educacional no bairro, elencando casos de alunos assassinados por envolvimento no tráfico de drogas, escassez de recursos e falta de estímulo aos docentes. O que nos comoveu grandemente, apesar do notório desânimo no *feedback* negativo em relação à proposta de parceria. (DIÁRIO DE CAMPO, GG, 2019).

No tocante à comunicação com a EMEF Lili Neri, contou-se com a recepção da diretora que ouviu atentamente a proposta do LAURBS. Ela, prontamente, evidenciou a viabilidade da ação. Porém, ao se explicar o público-alvo e proposta de recebimento de alunos de outras instituições, o fervor inicial foi substituído pela alegação de que ao longo da semana os espaços são ocupados pelas ações da escola com seus alunos – em tempo integral – e aos finais de semana as dependências do espaço já são utilizadas por grupos de tradição, logo, não haveria espaço para as ações do laboratório.

Já no que se refere à EMEF Jerônimo Freire dos Santos, o núcleo gestor não pôde receber a equipe de bolsistas, fato que inviabilizou uma negociação em termos de firmamento de acordos. Ademais, a escola em discussão não respondeu ao *e-mail* a ela direcionada.

Infere-se que os dilemas descritos anteriormente coadunam às recusas e impossibilidades de uma parceria universidade-escola no que concerne ao programa de extensão. Logo, cabe-se refletir sobre a contraposição de tal realidade em relação a uma das alternativas apontadas por Santos (2013) no anseio por uma reforma universitária: vinculação da universidade à educação básica. O que acarretaria a edificação de articulações em rede para a promoção da pesquisa-ação.

Aponta-se que a recusa da disponibilização do espaço físico das escolas não implica diretamente na impossibilidade de uma parceria universidade-escola, considerando-se que alternativas seriam viáveis, tal como o convite dos estudantes dessas escolas para a participação nas ações, mesmo sendo promovidas fora dos seus ambientes. Contudo, constatou-se que as séries escolares das instituições não correspondem ao público-alvo do programa de extensão. Dessa maneira, não se vislumbraram possibilidades de parcerias com as escolas inicialmente mapeadas.

A partir da década de 1970, a universidade assume papéis sociais e políticos bem definidos materializados no que se convencionou chamar de responsabilidade social. Algo convidativo a perceber os dilemas que circundam a abertura da universidade à comunidade e os objetivos – por vezes funcionalistas – que a subjazem. Todavia, aqui se assume a concepção de responsabilidade social universitária como àquela em que há o reconhecimento dos saberes e direitos dos territórios, bem como o empenho na resolução de problemas públicos que afligem os povos e suas comunidades (SANTOS, 2013).

A responsabilidade social da universidade se encontra também na ideia das lutas sociais e políticas da sociedade ao longo dos séculos, nas quais as práticas concretizadas pela universidade fora dos seus muros dialogam diretamente com a comunidade e seus anseios. Caso a comunidade reconheça a universidade como uma instituição social, alcançar-se-á a legitimidade da academia perante o público externo, assim, há um ideal de inseparabilidade da democracia para com o acesso ao saber (CHAUI, 1999).

Dessa forma, a responsabilidade social da universidade correlaciona-se também com o pensamento de Freire (1987), uma vez que as práxis efetivadas externamente ao ambiente institucional devem almejar a conexão com a população, objetivando um saber holístico e libertário por meios colaborativos. Defender e promover essa educação popular (FREIRE, 1987) e local conflui ao legado das epistemologias do sul (SANTOS, 2013), tendo em vista estas se tratarem de saberes tão ou mais legítimos quanto o saber colonial das epistemologias do norte, logo, potenciais aliadas de práticas educativas emancipatórias e contextualizadas.

Diante disso, o comportamento arisco por parte das gestões escolares procuradas evidencia a hipótese de que as instituições educacionais em voga se guiam por perspectivas pedagógicas bancárias (FREIRE, 1987), nas quais o *status quo* é amiúde legitimado e os fluxos de aprendizado são entendidos de modo segregado das realidades territoriais e com fins meramente conteudistas. O que converge à realidade da educação liberal hegemônica ser um fato social e, assim, atuar na reprodução das estruturas dadas e relações de opressão.

No tocante às situações de violência no bairro relatadas pelas gestões escolares, reflete-se que se deve vislumbrar os territórios urbanos como intrinsecamente associados às relações sociais desiguais, pois, a segregação ambiental e discriminação social apresentam vínculos simbióticos entre si. Contexto em que a gentrificação urbana e vulnerabilidades socioeconômicas favorecem a disseminação e reprodução da violência, a qual se mostra com nitidez em fenômenos como o tráfico de drogas ilícitas e violência policial, flagelos assentes com intensidade em periferias urbanas como o bairro João Cabral (MARICATO, 1995).

Apesar desses percalços, soube-se da existência de uma organização não governamental denominada “Instituto Severino Duarte” que realiza, no bairro João Cabral, ações sociais voltadas à geração de trabalho e renda, recreação, lazer e educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Contatou-se a atual responsável pela entidade e, ao se expor à proposta do LAURBS, marcou-se uma reunião presencial realizada na sede da organização.

Durante a reunião, a diretora informou a situação do instituto. O local não conta com apoio governamental para custeio de suas atividades, sendo muitas delas desenvolvidas de forma voluntária, como assistência psicológica, aulas de música e de Jiu-Jitsu. Após exposta a metodologia e objetivos do laboratório, questionou-se sobre a disponibilidade do local para o desenvolvimento das ações, o que foi devolvido com tom positivo.

O firmamento da parceria com o Instituto Severino Duarte consistiu na concretização da tendência neoliberal da articulação de arranjos interorganizacionais em torno de assuntos, bens e serviços públicos. Celeiro no qual organizações públicas e privadas se unem em prol de objetivos compartilhados. Assim, a sociedade civil emerge do jugo estatal e se desprende do poder do Estado, frequentemente assumindo funções outrora postas ao poder público em uma conjuntura de Estado-Providência (SANTOS, 2013).

Algo que, conforme Santos (2013), apresenta-se problemático em contextos como o da América Latina onde a sociedade civil se configura pouco organizada. Mesmo enxergando as mazelas que circundam a atuação da sociedade civil no capitalismo contemporâneo, e se reconhecendo a possibilidade de subversão das tendências globalizadas projetadas à sociedade civil, faz-se preciso reconhecer a sua relevância em contextos territoriais levados ao limbo das preocupações públicas. Logo, o estabelecimento de um acordo com o instituto ora exposto se fez necessário e estratégico frente à realidade territorial identificada.

A primeira oficina, em 22/06/2019, se deu a partir da metodologia cênica Teatro do Oprimido (TO), criada pelo dramaturgo Augusto Boal. Tal modalidade consiste na modificação do papel do espectador, outrora passivo, agora assumindo o protagonismo das ações no teatro da sociedade, transformando a sua própria realidade e libertando-se das opressões cotidianas, bem como expressa Boal:

O espectador não delega poderes ao personagem para que atuem e nem para que pensem em seu lugar: ao contrário, ele mesmo assume um papel protagônico, transforma a ação dramática inicialmente proposta, ensaia soluções possíveis, debate projetos modificadores: em resumo, o espectador ensaia preparando-se para uma ação real (1991, p. 138).

Tal ocasião consistiu na encenação de uma bolsista que, não se identificando civilmente, apresentou-se como membro de um órgão governamental interessado em instalar na comunidade uma indústria fictícia de cimento intitulada “CIAMENTO”. Frisa-se que nenhum dos(as) participantes se encontrava ciente da proposta, pois, todos deveriam acreditar no discurso cênico apresentado pela atriz. Posteriormente, a mesma indicou que as três escolas municipais de ensino fundamental presentes no bairro seriam desinstaladas para a implantação do projeto industrial, além das residências localizadas em um raio de determinados quilômetros, logo, as famílias seriam realocadas em um conjunto habitacional localizado em uma zona longínqua, já as escolas seriam reabertas em um bairro distante da localidade.

Conforme se apresentavam tais questões, os(as) participantes se mostravam estagnados e perplexos com o despotismo da ação. No intuito de estimulá-los a reagir, os(as) bolsistas mostraram-se preocupados(as) com a situação. Em seguida, o primeiro participante respondeu com um gesto sua impressão, o mesmo utilizou as duas mãos e fez um sinal de “legal” invertido no intuito de demonstrar sua reprovação à proposta. Como em efeito dominó, um outro estudante

disse que aquilo era um absurdo e que ele não gostaria de sair da sua escola e do seu bairro. A atriz apresentou o projeto afirmando que aqueles que não possuem casa própria, teriam a oportunidade de adquirir uma. Todavia, os participantes não se convenceram.

Um jovem interrogou a atriz sobre o que ocorreria caso eles(as) se negassem a sair de seu território, respondeu-se que se utilizaria da força física em justificativa da utilidade pública do local. Nesse momento um dos jovens abaixou a cabeça e ficou em estado de reflexão. Concomitantemente, ouviu-se o comentário de duas tímidas meninas que falaram “Eu não gostei disso não!” (DIÁRIO DE CAMPO, GG, 2019). A atividade ficava cada vez mais sentimental e intensa para os(as) participantes, o que levou a interrupção da atividade e informação de que aquilo se tratava de uma encenação. Os participantes demoraram para discernir tudo que fora apresentado.

Convidaram-se os(as) presentes para compartilharem suas impressões e sentimentos sobre o momento, os quais podem ser constatados no diário de campo do dia 22/06/2019:

Muitas foram as contribuições: houve quem apontou sua raiva e medo da proposta; apontou-se o desejo de correr para sua casa e ficar lá com seus familiares; houve quem indicou o desejo de ocupar sua escola e comunidade como ato de resistência à expulsão da proposta; indicou-se a falta de conhecimento sobre a possibilidade legal de expulsão de pessoas de suas casas em prol da chamada “utilidade pública”; todavia, a unanimidade foi em relação à suma discordância de tudo aquilo (DIÁRIO DE CAMPO, GG, 2019).

Um dos comentários que mais chamou a atenção da equipe foi quanto às propostas de resistência narradas pelos(as) presentes, pois, indicou-se que, caso fossem retirados, deveria-se resistir fisicamente, todavia, um deles indicou que o melhor instrumento seria a prevenção. Perguntou-se sobre o que se poderia fazer para se prevenir, respondeu-se que por meio de articulações coletivas.

Prontamente, iniciou-se a dinâmica “teia da vida”. Para tal, os(as) presentes precisaram externar um elogio ao bairro e, conforme faziam isso, jogavam uma bola para um dos colegas que deveria fazer o mesmo sem que os elogios e pessoas se repetissem. A última pessoa deveria “desfazer a teia da vida” informando problemas presentes no bairro e jogando a bola para o sujeito que a passou na primeira etapa da atividade. Os principais elogios foram: união da comunidade; sociabilidade nas praças; o Instituto Severino Duarte; a quadra de futebol etc. Já os problemas foram: violência, saúde pública; estigmas à comunidade; poluição; odor decorrente dos esgotos etc.

Aproveitou-se a ocasião para se debaterem os problemas comentados e algo que nos chamou a atenção foi quanto à maturidade nas respostas. Informou-se que costumeiramente a unidade básica de saúde do bairro não oferta medicamentos e consultas de qualidade; a polícia militar agride os moradores e os julga com diversos preconceitos territoriais; o bairro é bastante sujo pela presença de esgotos à céu aberto e lixos residenciais descartados incorretamente etc. Sobre isso, tentou-se estimulá-los que, por meio de articulações políticas em conjunto, a comunidade pode cobrar ao poder público respostas aos problemas expostos.

A utilização do Teatro do Oprimido (T.O) teve como anseio estimular a ação autônoma e crítica ante os problemas presentes no bairro, ação essa que tem por prerrogativa o despertar da sensibilidade cidadã, que se dá antes de qualquer justificção, através das vivências populares, podendo ser compreendido como agir educacional, e, por conseguinte, como educação ambiental (SILVEIRA, 2009). Para uma situação real de invasão cultural, objetiva-se que os invadidos, os outros, os oprimidos introjetem em si a perspectiva do opressor, tornando mais estável a vivência deste (FREIRE, 1987).

Na ação teatral, o intuito se deu de forma oposta: facilitar a “libertação” coletiva em harmonia, a partir do cenário posto a eles de transformação do território, com o propósito para um despertar sociopolítico, ambiental e educativo, para não só se considerarem no mundo, mas principalmente com ele. A dinâmica da sociedade frente aos problemas ambientais parte de um processo educativo constante, assim, a metamorfose do corpo social é um processo de evolução da concepção do elo entre sociedade e meio ambiente (SILVEIRA, 2009). Então, conclui-se a adequação da modalidade cênica para atividades de educação socioambiental.

Na segunda oficina, em 29/06/2019, debateu-se o conceito de sustentabilidade por um viés holístico e conectado com o território. Buscou-se tratar das potencialidades de desenvolvimento do bairro João Cabral, para além de uma perspectiva puramente economicista, citando exemplos, como exposto no diário de campo do dia 29/06/2019:

Nesse primeiro momento se falou bastante do Parque Timbaúbas e do Horto como locais especiais para uma vivência mais harmônica no espaço de Juazeiro do Norte – CE, uma vez que se trata de umas das poucas áreas verdes do município[...]. Além disso, mencionou-se o potencial de ambos os espaços serem ambientes por excelência para diálogos, como aquele que tínhamos com eles, sobre a importância da preservação do meio ambiente [...]. Acresce-se, por fim, o horto ser um local que precisa ser preservado, e que também consta como alta fonte de renda para o município de Juazeiro do Norte. [...] Ainda nesse momento inicial, falou-se sobre a sustentabilidade cultural como potencial de desenvolvimento local presentes no bairro através dos líderes de reisado, quadrilhas, dentre outros, que carregam conhecimentos populares que precisam ser preservados, todavia, regularmente são desprezados pelo poder público municipal (DIÁRIO DE CAMPO, CR, 2019).

Em seguida, expõe-se a sustentabilidade a partir da lente do desenvolvimento urbano, partindo de um caráter mais técnico, porém, de maneira coloquial. Nesse momento, apresentaram-se as antinomias presentes no desenvolvimento urbano e na sustentabilidade implementada apenas para grupos seletos.

Seguidamente, apresentaram-se os instrumentos participativos da política urbana, tais como o Plano Diretor e o Portal da Transparência. Por fim, também foram expostas questões relativas aos direitos sociais, tais como a saúde, assistência social e a educação, e como, para muitos(as) naquele momento, esses direitos eram negados. Nesse instante, questionou-se sobre as relações entre privilégios e opressões sociais, e quais conexões se poderia notar no bairro, algo que pode ser constatado no diário de campo do dia 29/06/2019:

Objetivando fixar de forma deveras didática o que se apresentava, expôs-se um tipo de “bingo” com frases do tipo “casas com esgoto à céu aberto”, “falta de acesso para os ônibus chegarem e nos levarem até à escola”, “Falta de áreas de lazer, escola, creches, hospitais, postos de saúde, universidades, farmácias, etc...”, dentre várias outras sentenças. Notamos que os jovens levantavam as mãos com muita frequência e se percebiam enquanto indivíduos em realidades extremamente problemáticas, uma vez que os risos aumentavam diante das afirmativas (DIÁRIO DE CAMPO, CR, 2019).

A terceira oficina, promovida em 06/07/2019, objetivou dialogar sobre os problemas e potencialidades socioambientais do bairro João Cabral. Para tanto, o momento foi conduzido na Praça do “C. C.”, no mesmo bairro. A ação contou com a participação de lideranças da comunidade, crianças e jovens que ocupam tal espaço. As discussões travadas pautaram, sobretudo, as mazelas da segurança pública, violência policial, empregabilidade, escassez de espaços de sociabilidade adequados e a má qualidade do saneamento básico. Observou-se, especialmente nos pronunciamentos dos(as) jovens presentes, que os conflitos entre as facções criminosas atuantes no município e a truculência policial são chagas aos moradores do bairro. Não obstante, externou-se

a realidade de estigmatização dos residentes na comunidade por parte dos cidadãos de outras localidades, mídia e poder público local.

Tais momentos de compartilhamento de experiências e opiniões edificam o projeto educacional sonhado por Freire (1987), para além dos espaços de educação formal, em que os sujeitos se constituem como tal na ocupação dos espaços públicos mediante o trabalho, comunicação e ação-reflexão. Assim, extrapolando o individualismo capitalista, é por meio de vivências coletivas que se buscará um mundo-comum, ou seja, a resolução de problemas coletivos e a busca de utopias.

As três atividades de extensão universitária desenvolvidas no bairro João Cabral abarcaram problemáticas multissetoriais convergentes às distintas dimensões da educação para a sustentabilidade: política, social, econômica, ambiental e cultural (CARLETTO; LINSINGEN; DELIZOICOV, 2006). Desse modo, a ação realizada em 22/06/2019 contemplou, por meio da oficina de TO, dinâmicas e diálogos sobre a realidade territorial da comunidade, problematizações a respeito da segurança pública, saneamento básico, trabalho, educação e saúde pública. Já o momento do dia 29/06/2019 discutiu elementos e problemáticas socioambientais do Parque Ecológico Municipal Timbaúbas (localizado ao lado do bairro) e Horto (importante ponto turístico regional), além do exposto, também se apresentaram noções de sustentabilidade a partir da realidade urbana municipal e do bairro. Por fim, a atividade promovida em 06/07/2019 teceu debates relativos às problemáticas e potencialidades do João Cabral, contemplando áreas como a segurança pública, trabalho, infraestrutura urbana e saneamento básico.

O caráter teórico-prático das ações se aproxima do ideal cultivado por Morin (2000), o qual aponta que a educação do futuro deve primar por uma consciência terrestre e intervenções político-pedagógicas, fomentando a constituição identitária humana de cidadãos da Terra e preconizando sentimentos de união e interdependência. Assim, a educação do futuro tem o legado de educar para a ética da compreensão planetária, comprometendo-se com a vida, solidariedade e humanidade. Logo, há uma intensa relação entre a visão de Morin (2000) e a noção de educação para a sustentabilidade. Anseio antagônico ao paradigma educacional hegemônico (disjuntivo, unilateral e anacrônico).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São perceptíveis as adversidades para a construção de uma educação popular para a sustentabilidade, tendo em vista as simplificações que costumeiramente o tema recebe e o desinteresse de atores sociais. Sendo, o território urbano, um espaço de relações de poder existente num sistema de produção capitalista, as problemáticas socioambientais já podem ser vislumbradas anteriormente ao desenvolvimento das ações, sendo mais notável ao decorrer delas.

Apesar dos momentos profícuos que o LAURBS proporcionou, e da coesa estruturação das oficinas, notaram-se percalços na busca de parcerias no bairro trabalhado, algo que indica problemas socioambientais existentes no território, o que deve, em atividades futuras, ser melhor analisado e considerado na comunicação e estruturação de ações. Percebeu-se uma intensa dificuldade no contato com as escolas do bairro, fato que evidencia uma gama de problemas culturais, políticos e sociais vivenciados no local, ganhando destaque a insegurança pública e a precariedade da educação básica municipal.

Apesar do exposto, evidencia-se que as atividades previamente definidas foram desenvolvidas de forma produtiva, no seio da educação não-formal. Assim, ganha destaque o emprego de metodologias populares e contextualizadas, as quais geraram profícuos engajamentos do público-alvo e equipe envolvida nas atividades. Não obstante, a parceria com o Instituto Severino

Duarte põe a nu a viabilidade de parcerias com organizações do terceiro setor para a construção de ações de educação para a sustentabilidade.

Os temas, metodologias, processos e princípios incorporados nas ações do LAURBS no bairro João Cabral as configuram como iniciativas de educação para a sustentabilidade, considerando-se as múltiplas dimensões da sustentabilidade e o caráter político incorporados durante as oficinas. Estas não apenas objetivaram apresentar conceitos e leis, mas contribuíram para que os sujeitos participantes se percebessem como agentes políticos com potencial de atuação no território na busca por maior qualidade de vida e justiça social.

Portanto, pensar e praticar um paradigma popular de educação para a sustentabilidade não é uma fácil missão, sobretudo porque os modelos institucionais cristalizados e a falta de interesse pelo tema marcam as complexas conjunturas do Sul global. Porém, as experiências aqui narradas elucidam a relevância da extensão universitária para o fomento de práticas educacionais e comunitárias voltadas ao desenvolvimento sustentável e, assim, para a busca de um novo arranjo universitário, em que a responsabilidade social esteja efetivamente em harmonia com os princípios e valores transcendentais, universais e inalienáveis tocantes à dignidade da pessoa humana e o respeito à natureza.

## REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, Recife, v. 12, n. 3, p. 51-82, 2011.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira., 1991.
- CARLETTO, Marcia Regina; LINSINGEN, Irlan Von; DELIZOICOV, Demétrio. Contribuições a uma educação para a sustentabilidade. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDAD E INNOVACIÓN; Ciência, Tecnologia e Innovación para el desarrollo em Iberoamérica, 2006, México DF. **Anais [...]**. México, DF: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura, 2006, p. 1 - 15.
- CEARÁ. Governo do Estado. **Geopark Araripe: histórias da terra, do meio ambiente**. Crato: Geopark Araripe, 2012.
- CHAU, Marilena. Universidade operacional. **Periódicos Uniso**, São Paulo, v. 4 n. 3, p. 3-8, 1999.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, 2008.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane Paris; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. *In*: SPINK, Mary Jane *et al.* **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, Eduardo. A arte do encontro: a educação estética ambiental atuando com o Teatro do Oprimido. **Educação em Revista**, v. 25, n. 3, p. 369-394, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

**Data de recebimento:** 13/01/2021

**Data de aceite para publicação:** 01/03/2021